

VALCI ZUCULOTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (BRASIL)

## **O RÁDIO PÚBLICO NO BRASIL: RESGATE HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DAS RÁDIOS NACIONAL E MEC DO RIO DE JANEIRO**

---

“Onde há um rádio e todo homem é capaz de ouvir,  
tudo está salvo.”

Da apresentação da publicação comemorativa aos 20  
anos da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 1956,  
parodiando célebre frase de Thomas Jefferson em refe-  
rência à imprensa livre. (Rádio Nacional, 1956, p. 5)

O rádio público brasileiro, embora com uma história de quase 80 anos, tem um modelo ainda em construção e vem constituindo-se emaranhado com o sistema estatal. Isto, mesmo com a Constituição Federal do Brasil estabelecendo três sistemas para sua radiodifusão: o comercial/privado, o estatal e o público. Além das emissoras comunitárias, o segmento não comercial da radiofonia do país é formado por estações educativas, culturais e universitárias, as quais, em sua grande maioria, são estatais, ou seja, têm vinculação aos poderes executivo, principalmente, legislativo e judiciário. Este grupo específico das educativas, culturais e universitárias, atualmente reunindo mais de 1000 estações em todo o país e desde a década de 90 se autoproclamando rádios públicas, é mais antigo e iniciou a história do segmento com emissoras até hoje referenciais no campo estatal/público. Entre estas, destaco, neste capítulo, a Rádio MEC e a Rádio Nacional, ambas do Rio de Janeiro, fundadas na época em que esta cidade ainda era a capital da República.

A Rádio MEC, na compreensão dos meus estudos acerca do rádio público, é marco inicial do desenvolvimento do grupo, sendo considerada a primeira emissora educativa pública do país. Começou esta sua trajetória própria enquanto rádio vinculada ao Ministério da Educação, em 1936. Naquele ano da época da radiofonia pioneira, Roquette-Pinto doou a sua Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira estação radiofônica do

Brasil fundada em 1923, ao então Ministério da Educação e Saúde (MES). Isto porque não reunia mais condições de manter a emissora em funcionamento com programação voltada somente à educação e cultura após a introdução legal e normatização da publicidade na radiofonia brasileira, a partir de 1931.

Roquette-Pinto negava-se a transformar a Sociedade do Rio de Janeiro em estação comercial, como ocorreu com a grande maioria das emissoras daquele período após a legalização da publicidade radiofônica. Mas, ao mesmo tempo, pelo fato de a emissora funcionar conforme moldes do rádio pioneiro, em que as estações se implantavam como clubes ou sociedades dependendo do pagamento de mensalidades dos ouvintes e produtores, não contava com recursos suficientes para mantê-la sem recorrer à venda de espaços de propaganda. Por isso, Roquette-Pinto resolveu fazer a doação ao Ministério mediante a condição de que a Sociedade não adotasse a programação popular e comercial que passou a caracterizar o conjunto do rádio brasileiro e prosseguisse com sua linha voltada à disseminação de programas educativos e culturais.

O governo federal, por meio do MES, recebeu a doação e assim nasceu a Rádio Ministério da Educação, com prefixo PRA-2, instituída oficialmente em janeiro de 1937, pela Lei 378, que determinou no seu artigo 50: “fica instituído o Serviço de Radiodifusão Educativo (SRE), destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas de caráter educativo” (Milanez, 2007, p. 214).

Em 1941, a estação já passou a ocupar o seu endereço histórico, na Praça da República, centro do Rio de Janeiro, onde esteve instalada até 2013, quando precisou desocupar o prédio devido à necessidade de este passar por reformas. No ano de 1960, a emissora foi transferida para o poder legislativo, o que gerou inclusive reação dos herdeiros de Roquette-Pinto, que viram neste ato “uma ofensa aos princípios fixados no termo da doação” (Milanez, 2007, p. 216). Foi travada batalha na justiça, mas somente em 64, “como resultado de grande mobilização popular (ouvintes, formadores de opinião e sociedade em geral)”, a Rádio MEC volta a ser administrada pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Lei 4.362 (Milanez, 2007, p. 217).

Já a Rádio Nacional, apesar de fundada no mesmo ano de 1936, entrou no ar como emissora privada, pertencente ao grupo econômico do jornal *A Noite*. Poucos anos depois, em 1940, quando já começava a se firmar como uma emissora de grande alcance de público, foi estatizada pelo então governo de Getúlio Vargas, mas continuou funcionando como

estação comercial. E como tal, tornou-se a emissora padrão do Brasil na Era de Ouro do rádio, nas décadas de 40 e 50. Portanto, ditou o modelo do sistema privado, o que se tornou hegemônico na nossa radiofonia.

Desde a sua fundação, a Nacional esteve instalada na mesma sede, também histórica, na Praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro. Quando da sua entrada no ar, o prédio pertencia ao grupo do jornal *A Noite*, que a fundou. O edifício, até hoje chamado de edifício “A Noite”, era, então, um dos mais altos do Rio de Janeiro. Construído em 1929, para demonstrar o poderio do grupo empresarial, foi o primeiro “arranha-céu” da capital federal na época. A PRE-8, o prefixo da emissora pelo qual também a Nacional era denominada, da mesma forma que a MEC funcionou no seu endereço histórico até há poucos anos, em 2012, quando igualmente foi obrigada a desocupá-lo para reformas e restaurações. Ambas passaram a se alojar no prédio da TV Brasil, na rua Gomes Freire, Lapa, na área central do Rio, e além do mesmo endereço, suas equipes trabalham juntas, dividindo espaços de produção e funcionamento.

Com ênfase neste grupo de emissoras educativas, estatais, universitárias e culturais – as que a partir dos anos 90 passaram a se autointitular públicas – e, de maneira mais específica, nas rádios Nacional e MEC, este capítulo apresenta uma atualização da periodização histórica do segmento e as transformações contemporâneas dessas duas estações referenciais. A categorização, por fases, que aqui se revisa e atualiza, está recortada desde o advento da história deste grupo radiofônico até a atualidade. A ênfase nas transformações da MEC e da Nacional são abordadas, em especial, a partir do período pós televisão.

Assim, este capítulo trata de refletir os mais recentes resultados de minhas pesquisas sobre a constituição do rádio público brasileiro. Estas dão continuidade aos estudos do doutorado, concluído em 2010, e para o livro *A programação de rádios públicas brasileiras* (Zuculoto, 2012b). Principalmente incluem a atual investigação em desenvolvimento no pós doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre “O jornalismo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro – a história da fase pós Era de Ouro até a atualidade”, além de outra voltada a resgatar os impactos da ditadura que se instaurou no Brasil a partir de 64 sobre as nossas rádios públicas.

São estudos históricos, empíricos, descritivos, exploratórios e analíticos de processos e produtos da comunicação, que se desenvolvem em perspectiva inter e multidisciplinar, concordando com Marialva Barbosa (2012, pp. 77-90), para quem “não precisamos ter mais medo do contágio”.

Ou seja, devemos pesquisar, na comunicação, recorrendo e embricando várias disciplinas que nos possibilitem observar e produzir ou avançar o conhecimento a respeito dos nossos objetos de estudo. Santaella (2011, pp. 167-181), em “A pesquisa em comunicação no Brasil, com ênfase na pesquisa empírica”, também aborda entendimento nesse sentido e, mais ainda, coloca-se em defesa da superação de “falsas dicotomias” em direção de “metodologias mistas e integradas”.

Por isso, entre outros autores referenciais para minhas pesquisas sobre o rádio público e neste capítulo especialmente, ainda trabalho com Schudson (1993), Romancini (2004; 2005) e Martino (2008), no que se refere a estratégias metodológicas e inspiração para estudos históricos da comunicação. Sobre o rádio propriamente dito e sua história, também entre outros, este capítulo está ancorado em obras de Ferraretto (2000), Perosa (1995), Haussen (1997), Sodré (2011), Cunha Lima (2008), Milanez (2007), Baumworcel (2006), Meditsch (2007), Klöckner (2008), Goldfeder (1980), Pinheiro (2005), Saroldi (2005), Saroldi e Moreira (2005), Aguiar (2007) e Blois (1996). Além de acervos das rádios e de outras instituições como a Soarmec – Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC, Portal do Rádio do GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom, Museu da Imagem e do Som (MISRJ), Biblioteca Nacional, Biblioteca Radiofônica Tude de Souza e EBC, ainda investigo por meio de entrevistas não dirigidas com antigos e atuais profissionais e gestores das emissoras.

## **AS FASES DA HISTÓRIA DO RÁDIO PÚBLICO NO BRASIL**

Novamente de volta ao passado para compreender o presente e projetar o futuro das emissoras públicas brasileiras, minhas atuais pesquisas vêm detectando a necessidade de revisitar a periodização histórica do segmento. Para esta nova atualização, partiu-se da periodização e da linha do tempo construídas para a pesquisa de doutorado concluídas em 2010 e publicadas, já revisadas, no livro sobre a programação das emissoras (Zuculoto, 2012b). A nova revisão foi considerada importante pela compreensão sobre estudos históricos com base em Heródoto Barbeiro (2010, p. 31): “o passado não envelhece e pode sofrer diferentes interpretações ou ganhar novas versões através dos tempos e das sociedades que o analisam”.

Como Barbeiro, entende-se que mesmo a história já resgatada precisa constantemente ser revisitada, lançando-se novos olhares sobre o anteriormente estudado, investigando-se outros recortes e/ou aprofundando focos de pesquisa que se evidenciaram, mas não foram totalmente vasculhados.

A história se renova, porque a sociedade se renova, porque o ser humano muda sua visão de mundo, num processo que não tem começo nem fim. [...] Cada período exige que os fatos passados sejam revistos e, por ser um fluxo, a história não envelhece, está sempre viva graças a uma nova onda de novos autores. Não se trata de separar as versões mais antigas das novas, mas de conhecê-las em sua totalidade. O leitor, com a diversidade de versões, tem condição de deixar de ser apenas um figurante que aceita passivamente as análises do passado: ele passa a ser sujeito e desenvolve condições de formar sua própria opinião sobre os fatos ou períodos da história.[...] Os documentos e fontes são eternos, mas suas análises e conclusões são perecíveis, segundo a maior ou menor aceleração do processo histórico (Barbeiro, 2010, p. 31).

Nessa mais recente periodização, reafirmou-se como marco inicial do sistema educativo brasileiro, a criação da Rádio MEC do Rio de Janeiro, em 1936, quando Roquette-Pinto doou a primeira emissora brasileira – a Rádio Sociedade – ao governo federal. Entre demais fatos e fenômenos constituidores da radiodifusão pública brasileira, o resgate evidenciou ainda, como outros dos importantes marcos históricos, os impactos do advento da televisão e da ditadura militar sobre estas rádios. Também são momentos determinantes para a construção histórica do segmento no começo dos anos 2000, fase da fundação da ARPUB – Associação de Rádios Públicas do Brasil e da EBC, esta fundada com declarado objetivo de contribuir para a formação do sistema público.

Para a Nacional principalmente, além dessas demarcações que podem ser aplicadas ao conjunto das estações públicas, observou-se que afora o golpe de 64, a emissora ainda foi muito impactada durante os governos Sarney e Collor. José Sarney foi o primeiro presidente civil após o fim da ditadura militar. Exerceu a presidência a partir de 1985, por sucessão ao presidente eleito indiretamente Tancredo Neves, que morreu pouco antes de tomar posse. E Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente a assumir por eleição direta depois da ditadura militar, em 1990, mas teve mandato curto. Em 1992 sofreu *impeachment* em função de denúncias de corrupção com um grande número de demissões e desestruturação da sua programação. Por isso, passa-se a estudar estes períodos da história da Rádio Nacional como mais dois grandes golpes responsáveis pela derrocada da antes poderosa estação, com expressão inclusive internacional.

Na fase contemporânea, a Rádio Nacional já funciona e se assume como emissora estatal/pública. Especialmente por isso, ao contrário da

categorização anterior, a Rádio Nacional ganha maior destaque na atual revisão da periodização e da linha do tempo do rádio público no Brasil. Além de aprofundar sua influência como modelo para a constituição histórica do rádio brasileiro – tanto o comercial como o não comercial – bem como para o seu jornalismo, na Era de Ouro, inclui-se o seu período de decadência e de não exemplo, onde se ressaltam os impactos da televisão, as ações diretas da ditadura sobre a emissora, a partir de 64, e a perda de sua maior referência radiojornalística – o Repórter Esso, em 1966. Por fim, agrega-se, nos dias de hoje, a Nacional como uma das principais emissoras estatais da EBC, eleita pela Empresa para, junto com a MEC, constituir uma das grandes líderes do seu grupo de rádios.

Com estes novos recortes nas minhas investigações, o “estado da arte” da atualização em andamento apresenta o seguinte resgate histórico por fases, ao modo de Linha do Tempo da História do rádio público brasileiro.

### **1º PERÍODO DO RÁDIO PÚBLICO BRASILEIRO – FASE PIONEIRA – ANOS 20, 30 E INÍCIO DOS 40**

O rádio brasileiro, recém iniciando sua trajetória na década de 20 até pelo menos os primeiros anos 30, ainda não funcionava com características comerciais. Com transmissões experimentais e precárias tecnicamente, adotando a linha do pioneiro Roquette-Pinto e de sua Rádio Sociedade, de transmitir educação e cultura, as poucas estações desta época entravam e se mantinham no ar por meio de associações e clubes (Zucoloto, 2012a).

Mesmo assim, embora até o começo dos anos 30 ainda não houvesse distinção entre sistemas privado e não comercial, pode-se observar que a programação do rádio brasileiro nasce com perfil de emissora educativa, justamente pelo fato de seguir o modelo da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. O meio comercial começa a se delinear a partir de 1931, quando é autorizada e regulamentada a publicidade radiofônica. Ao mesmo tempo, este fato também dá origem ao segmento não comercial, por meio do rádio educativo. Em 1936, Roquette-Pinto doou Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao então Ministério da Educação e Saúde.

Por ser contrário à introdução da propaganda no rádio, Roquette-Pinto fez a doação mediante a exigência de que a sua emissora permanesse na linha não comercial. A Sociedade foi, então, transformada na atual Rádio MEC-RJ, dando origem ao segmento conhecido como rádio educativo. A MEC é considerada, por isso, a primeira emissora pública

brasileira, embora, naquele mesmo ano, tivesse sido fundada outra rádio vinculada ao Estado: a Inconfidência de Minas Gerais. A Rádio Nacional também entra no ar em 1936, mas como emissora comercial. Pouco mais tarde, em 1940, é estatizada e continua funcionando no modelo comercial, transformando-se na maior e mais exitosa emissora brasileira.

[...] o rádio deu um salto tecnológico, causando verdadeira revolução, quando, em 1936, entra no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, com seis estúdios, um auditório com 500 lugares, mais de 300 artistas e músicos, além de 33 locutores, 18 produtores, 13 repórteres, 24 redatores e 240 funcionários administrativos. Como fenômeno de massa, a Rádio era um sucesso e alcançava todo o território nacional e até o exterior, como América do Norte, Europa e África. O sucesso foi tamanho que, em 1940, o governo Vargas mandou encampar, por meio do Decreto-Lei nº 2.073, o grupo do qual a emissora fazia parte e a Rádio tornou-se instrumento de afirmação do regime. (Neuberger, 2012, pp. 63-64)

Assim, 1936 é o ano marco e definitivo da constituição histórica do segmento não comercial do rádio brasileiro.

## **2º PERÍODO DO RÁDIO PÚBLICO BRASILEIRO — FASE DO DESENVOLVIMENTO DO EDUCATIVO — DOS ANOS 40 AOS PRIMEIROS DA DÉCADA DE 70**

Trata-se da fase do ensino pelas ondas radiofônicas. Buscando firmar-se como educativas, as emissoras não comerciais dão ênfase à produção e transmissão de programas de ensino formal, com aulas pelo rádio. Em menor grau, também estações comerciais veiculam aulas, dando continuidade às linhas de programação do rádio nacional pioneiro, que se baseavam na missão, defendida especialmente por Roquette-Pinto e sua Sociedade do Rio de Janeiro, de usar as ondas radiofônicas para transmissão de educação e cultura por meio de conferências, música clássica, instrução formal, entre outras produções ditas educativas.

Esta fase também é determinantemente marcada pelo advento das rádios educativas vinculadas a universidades, especialmente as instituições federais de ensino superior. A primeira foi a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma AM inaugurada oficialmente em 1957, em Porto Alegre, capital gaúcha. Outra AM universitária deste período é a da Universidade Federal de Santa Maria, no município do mesmo nome, igualmente no Rio Grande do Sul. Em 1969, mais uma das principais referências do

rádio público, então conhecido como sistema educativo, passa a constituir o segmento. Trata-se da Rádio Cultura de São Paulo, que nasceu comercial em 1936 e naquele ano de 1969 tem sua concessão transferida para a Fundação Padre Anchieta vinculada ao governo do Estado de São Paulo e que também detém a TV Cultura. Aqui neste período, as então chamadas rádios educativas, da mesma forma que o conjunto da radiofonia brasileira, também são atingidas pelo golpe de 64 e passam a sofrer com a ditadura instaurada no país. A Rádio MEC do Rio de Janeiro, já consolidada como uma das líderes do segmento, é uma das mais impactadas, com demissões e perseguições aos seus funcionários, retirada de programas referenciais da grade de programação, além de destruição de acervo. O cotidiano da emissora também é vivido sob uma ditadura.

Porém, contraditoriamente, em especial na fase a seguir, é quando as estações públicas também se beneficiam das políticas de integração nacional dos governos militares, que estabelecem como um dos seus instrumentos justamente o desenvolvimento da radiodifusão.

Embora ainda funcionando como estação comercial, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro também é profundamente marcada pela virulência do golpe de 64 contra veículos de comunicação. Repetem-se, contra a Nacional, as demissões, as perseguições, a censura, os cortes de programas e a destruição da memória. Sob a ditadura e enfrentando a concorrência do advento da televisão, ao final da Era de Ouro do rádio comercial, a Nacional inicia sua derrocada. A década de 60 também evidencia outros fatos causadores do declínio da emissora, com destaque para a retirada do ar do seu mais famoso noticiário, o Repórter Esso. Aconteceu em 1966, quando o Repórter Esso no Brasil e seu então locutor Roberto Figueiredo transferiram-se da Nacional para a Rádio Globo do Rio de Janeiro. Em 1968, já na Globo, o Esso deixa definitivamente as ondas radiofônicas brasileiras, em uma última edição histórica, em dezembro daquele ano, marcada por tanta emoção que o locutor chegou a chorar durante a leitura das notícias e precisou ser substituído pelo apresentador reserva.

### **3º PERÍODO DO RÁDIO PÚBLICO BRASILEIRO — FASE DE OURO DO RÁDIO EDUCATIVO — DÉCADAS DE 70 E 80**

É a fase do auge do rádio educativo, com a consolidação da radiofonia mais voltada para o ensino instrucional, mas também da educação não-formal, com formação de cadeias retransmissoras, tendo a Rádio MEC-Rio de Janeiro como a cabeça de rede principal e igualmente a Cultura AM de



São Paulo, agora já não-comercial, como outra referência do segmento em franca consolidação.

Com a implantação do satélite para as telecomunicações, fruto do novo salto tecnológico da época para a área, é o período da instituição e desenvolvimento do SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, que reúne emissoras educativas em co-produções e transmissões de programas em cadeia nacional. O SINRED possibilita às emissoras um desenvolvimento mais acelerado, resultado do estímulo das políticas governamentais militares de integração nacional, forjadas também por meio da exploração e ampliação da radiodifusão brasileira. Um dos projetos de maior expressão desta fase é o Minerva, de ensino pelas ondas radiofônicas.

Esta fase que poderia caracterizar-se apenas como aquela em que as emissoras estatais/públicas, da mesma forma que as estações comerciais, lutam para sobreviver ao final da Era de Ouro do rádio, acaba por se transformar na época áurea do segmento. Ao contrário do rádio comercial, no auge do sistema educativo, as emissoras públicas constroem a sua Época de Ouro específica.

#### **4º PERÍODO DO RÁDIO PÚBLICO BRASILEIRO — A EXPLOÇÃO DAS FMs UNIVERSITÁRIAS — ANOS 90**

Uma das principais marcas desta fase histórica é o crescimento do FM também no campo público, com a disseminação de concessões de canais educativos da frequência modulada principalmente para universidades. Novamente caracteriza-se como uma fase de organização conjunta, em especial das universitárias. Acaba o SINRED e o sistema educativo busca organizar-se por meio de redes formais e informais.

Uma das grandes movimentações deste período é o trabalho integrado de coberturas das Reuniões Anuais da SBPC – Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – pela Rede Universitária de Rádios. As próprias emissoras passam a se autodenominar rádios públicas e desenvolvem suas parcerias e redes buscando implementar modelos mais horizontais nas suas experiências conjuntas. Defendem mais independência e autonomia em relação a sistemas governamentais, embora dependam destes para suas condições de funcionamento, rechaçando em especial a figura de uma única cabeça de rede. As redes universitárias para as coberturas das SBPC foram construídas a partir desta concepção. Foram experimentadas por quase 10 anos, a partir de 1994, chegando a alcançar a retransmissão por aproximadamente 200 rádios, inclusive comerciais.

Entretanto, as suas últimas formações já ocorreram enfraquecidas, com pequeno número de emissoras participando da produção e também da veiculação dos seus boletins e programas.

Embora tenham decidido inclusive transformar a experiência da cobertura das SBPC em uma instituição, fundando a Rede Universitária de Rádios, o organismo não chegou a ser oficialmente institucionalizado e a produção conjunta também deixou de ser realizada. Entre os principais motivos para o fim da Rede Universitária destacam-se justamente a falta de recursos e as constantes trocas de direções das emissoras, em função das mudanças de governos e reitorias, por exemplo, que sempre provocam, em maior ou menor escala, mudanças nas linhas de programação e nos conceitos sob os quais se desenvolvem.

### **5º PERÍODO DO RÁDIO PÚBLICO BRASILEIRO — A FASE DA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO? — ANOS 2000**

Este período histórico situa-se no início do século XXI, dos anos 2000, e chega aos dias de hoje ainda marcado por discussões, polêmicas e tentativas de definições e de construção, afinal, do sistema público de rádio.

Os momentos e fenômenos comunicacionais que mais se evidenciam neste período contemporâneo são novas tentativas e experiências de atuações conjuntas e integradas das emissoras, inclusive com a criação de organismos que as reúnam e em especial a partir do governo federal. Entre os fatos e iniciativas mais marcantes estão a fundação da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil, em 2004, e a criação da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, em 2007, esta com objetivo de, enfim, constituir os sistemas de TV pública e rádio público. São realizados vários fóruns e seminários reunindo as emissoras, tanto de rádio quanto de TV, e mais recentemente também promoções para debate da comunicação pública no seu geral.

Ao ser instituída, em 2007, a EBC herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio de Janeiro, e recebeu a atribuição “de unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação. Além disso, adquiriu como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública”<sup>1</sup>.

Com a implantação da Empresa Brasil de Comunicação, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, como uma das nove emissoras que integram o

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>

grupo de rádios próprias da EBC, volta a receber atribuição de construir um papel referencial na radiofonia brasileira, especialmente no segmento estatal/público. Juntamente com a MEC RJ, esta mantendo a função de se destacar na produção e transmissão mais específica de programação educativa e cultural, a Nacional, na atualidade, produz programação generalista, mesclando informação, música, humor, radiodramaturgia, cobertura esportiva e inclusive retomando o formato de programa de auditório, consagrado na época de ouro da radiofonia brasileira. Nas experiências da EBC de formação de *pools* radiofônicos, praticadas dentro da missão de construir a Rede Nacional de Comunicação Pública, a Rádio Nacional vem liderando coberturas especiais retransmitidas por dezenas de emissoras Brasil afora e também no exterior. Entre estas, são destaques as coberturas eleitorais de 2010 e 2014 e a Copa do Mundo no Brasil, também neste ano de 2014.

### **RÁDIO NACIONAL E RÁDIO MEC RJ: AS ESTRELAS VOLTAM A BRILHAR?**

No estudo, também ainda em desenvolvimento, acerca das consequências da ditadura militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964 sobre a constituição histórica do rádio público nacional, os primeiros resultados apontam para censura, destruição de acervos, fim de programas referenciais, demissões e perseguições aos profissionais do meio.

Em artigo refletindo dados iniciais, apresentado ao XXXVII Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação, o Intercom 2014, verificou-se que no período específico do golpe de 64 e nos anos imediatos à instauração da ditadura, as rádios estatais/públicas então conhecidas como educativas recém consolidavam a linha de programação voltada à educação (ensino instrucional principalmente e educação não formal) e cultura. O segmento reunia poucas emissoras, não mais que duas dezenas, e era formado em especial por AM.

Mas é o período em que o grupo começa a crescer mais rapidamente, em função da reserva de canais específicos para rádios educativas. “Entretanto, mesmo não sendo muitas, as rádios estatais/públicas na época do golpe de 64 já se destacavam na radiofonia brasileira, construindo modelos de programação diferenciados do sistema comercial” (Zuculoto & Longo, 2014).

Enquanto a Rádio Nacional e todo o segmento comercial viviam sua fase áurea, as emissoras não-comerciais começam a se firmar como educativas, dando ênfase a

programas definidos como voltados à educação e especialmente, ao ensino formal, transformando estúdios radiofônicos em verdadeiras salas de aula. Transmitiam de aulas de matemática até educação física, passando pelo inglês, português, história, entre outras matérias escolares. (Zuculoto, 2012b, p. 123)

A Rádio MEC do Rio de Janeiro, justamente a educativa de mais destaque na época, foi uma das mais devastadas pela ditadura que se instaura de 1964. Invadida pelo interventor Eremildo Luiz Vianna, juntamente com vários homens armados, teve a diretora Maria Yedda Linhares demitida no mesmo dia do golpe, 1º de abril, e a partir de então a emissora passou a sofrer uma série de ataques: programas foram retirados do ar e acervos destruídos, além de várias demissões e/ou perseguições a funcionários. Dados sobre este verdadeiro desmonte patrocinado pela ditadura contra a Rádio MEC podem ser encontrados nos acervos da Soarmec – Sociedade Amigos da Rádio MEC ([www.soarmec.com.br](http://www.soarmec.com.br)) e no livro *Rádio MEC – Herança de Um Sonho* (Milanez, 2007) e constituem boa parte das principais fontes para a pesquisa em andamento focada nos impactos da ditadura sobre as rádios públicas brasileiras.

Quanto à Rádio Nacional, já foi possível verificar, nos dados coletados até o momento, que a sua derrubada do posto de principal potência radiofônica brasileira não se deveu somente ao fim da Era de Ouro provocada especialmente pela concorrência com a televisão. Também o fim do Repórter Esso nas ondas da Nacional e especialmente ações de desmonte patrocinadas pela ditadura instaurada em 64 constituem fortes influências para a derrocada da PRE 8, conforme pontuei em artigo apresentado ao 2º Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ, de 10 a 12 de setembro de 2014. Neste artigo, concordando com o estudioso do rádio Ronaldo Conde Aguiar, referencio assim sua compreensão sobre o caso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

A liderança da Nacional nunca foi ameaçada pelas demais emissoras do Rio de Janeiro. A PRE 8 tornou-se vulnerável quando a televisão começou, de fato, a disputar com ela a preferência dos ouvintes[...] Quando a televisão superou suas dificuldades iniciais, o rádio – especialmente a Rádio Nacional – sentiu imediatamente os golpes que a concorrência do novo veículo de comunicação lhe pregava[...] Se a TV enfraquecia a Rádio Nacional aos poucos, as denúncias de César de Alencar, Hamilton Frazão e Celso Teixeira,

que entregaram, nos idos de 1964, dezenas de colegas de emissora às autoridades militares, foi o golpe de misericórdia. Cambaleante na disputa com a televisão, a dispensa de atores, atrizes e cantores do porte de Eurico Silva, Paulo Roberto, Oduvaldo Viana, Mário Lago, Hemílio Fróes, Herivelto Martins, Jorge Goulart, Nora Ney, Jonas Garret, Isis de Oliveira, Ghiaroni, Paulo Gracindo, Marion e João Saldanha, entre outros, jogou a Rádio Nacional no chão. (Aguiar, 2007, p. 25)

Nos anos mais recentes, em especial a partir do governo Lula, em 2003, da fundação da ARPUB, em 2004, e da criação da EBC, em 2007, as rádios estatais/públicas como a Nacional e a MEC, ambas do Rio de Janeiro, voltam a evidenciar transformações históricas contundentes e definidoras dos seus futuros.

A Nacional, após amargar um longo ocaso nas décadas de 70, 80, 90, quando apenas tentou sobreviver com música e informação, agora tenta não apenas recuperar parte de seu prestígio, mas também se firmar como uma referência ao menos entre as emissoras de rádio que compõem a EBC. Não mais, portanto, coloca-se ou funciona como estação comercial. Sendo também uma das estações ligadas à EBC, a Rádio MEC do Rio de Janeiro igualmente vem se adequando ao funcionamento traçado pela empresa para este grupo de estações vinculadas ao governo federal. Ambas passam por novas experiências de parcerias e redes e de adequação aos tempos contemporâneos de um rádio que se reinventa sob o impacto do virtual e da digitalização.

Mesmo sendo AM e com a migração para FM autorizada, para todas as emissoras que transmitem em Amplitude Modulada, pelo governo brasileiro, a EBC não encaminhou a solicitação de transferência de frequência para suas estações. A questão continua em debate na empresa e em cada uma das emissoras. Todas já podem ser ouvidas pela Internet, mas especialmente gestores da Nacional e MEC não se mostram seguros de que o futuro das duas estações dependa também da permanência na faixa AM.

Agora assumindo sua natureza estatal/pública e funcionando com esta característica, como uma das construtoras do sistema público, a Nacional do Rio de Janeiro tem liderado experiências de rede para grandes coberturas especiais, como as das eleições de 2010 e 2014 e a da Copa do Mundo deste ano, realizada no Brasil. A cobertura eleitoral de 2010 foi emblemática e inédita já que reuniu inclusive rádios do exterior. Foi retransmitida por 33 estações, sendo 25 brasileiras e oito de outros países. Nas eleições de 2014, afora as emissoras próprias da EBC, 23 outras rádios

estatais/públicas integraram a cobertura, retransmitindo produções da Nacional de norte a sul do Brasil.

E na Copa do Mundo, também neste ano de 2014, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro liderou a cobertura em rede integrada novamente por dezenas de emissoras públicas brasileiras. Esta cobertura foi considerada inédita. Isto embora, pelo menos no que se refere à liderança, a Nacional do Rio de Janeiro tenha desempenhado papel semelhante ao que desenvolveu em outros eventos esportivos no Brasil, como na Copa de 1950, quando prestou assistência e compartilhou informações para emissoras do exterior, além de realizar uma cobertura que, pela sua potência então, pode ser ouvida em outros países. O livro comemorativo dos “20 anos de liderança a serviço do Brasil” da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, festejados em 1956, conta assim como a “melhor emissora do país” atuou na Copa do Mundo de 50:

Os representantes das Emissoras estrangeiras, quando em viagem ao Brasil, encontram na Rádio Nacional o ambiente de camaradagem e colaboração para melhor cumprimento de suas tarefas. O Campeonato Mundial de Futebol, realizado no Brasil em 1950, foi o ponto culminante dessa atividade internacional. A Rádio Nacional deu assistência técnica a todas as emissoras estrangeiras que solicitaram; organizou serviços especiais de informação e entendimento; estabeleceu inter-relações que resultaram em proveito geral. Em idioma espanhol, diariamente a Rádio Nacional transmitiu a marcha do Campeonato Mundial a fim de colocar os ouvintes da América Latina a par do maior acontecimento esportivo até hoje realizado em nosso país. (Rádio Nacional, 1956, p. 103)

Em 2014, a cobertura irradiada principalmente a partir da Nacional RJ reuniu outras cinco estações próprias da EBC – Nacional AM de Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, Nacional FM de Brasília e MEC AM do Rio de Janeiro –, e mais 26 emissoras públicas que mantêm convênios ou parcerias com empresa e/ou associadas à ARPUB, dentro da articulação da Rede Nacional de Comunicação Pública.

As duas emissoras – Nacional e MEC do Rio de Janeiro – atualmente dividem o mesmo endereço e espaço de produção e funcionamento, desde 2012 e 2013, respectivamente, quando foram obrigadas a desocupar suas sedes históricas, condenadas e necessitando passar por obras de reforma e restauração. As obras estão previstas para encerrarem em 2016, mas não há certeza quando e se voltam aos seus antigos endereços. Hoje estão

instaladas no prédio da TV Brasil, na rua Gomes Freire, bairro da Lapa, na área central do Rio de Janeiro.

No livro *A programação de rádios públicas brasileiras* (Zuculoto, 2012b) analisei que, no geral, as emissoras do segmento ainda estão construindo um modelo próprio para o rádio público brasileiro, que este vem constituindo-se de forma emaranhada com a da radiofonia estatal e que é nas suas linhas de programação que mais têm conseguido a definição de um formato específico e nacional. Entretanto, mesmo em relação às suas programações, até agora não há como refletir que são realmente praticadas conforme concepções definidoras para este tipo de emissoras.

[...] retomando os mais amplos e principais critérios defendidos para o rádio ser público – financiamento, gestão e programação democráticas, independentes e autônomas – considero que o que mais se construiu, até agora, como modelo para este tipo de radiodifusão no Brasil se refere quase exclusivamente à programação. Porém, mesmo na programação, ainda é um avanço que ocorre somente em termos de conceituações, definições de linhas, de auto-proclamação de missão e objetivos. E mesmo o conceito brasileiro de rádio público, assim como seu modelo de programação, ainda é difuso e aberto. Na prática, nas transmissões diárias das centenas de estações do segmento não comercial – o anteriormente chamado de educativo – Brasil afora, também se continua sem poder afirmar que veiculam produções efetivamente públicas. (Zuculoto, 2012b, p. 233)

Especificamente no que se refere à Nacional e à MEC do Rio de Janeiro, observações preliminares dos meus atuais estudos indicam que mesmo sem o prestígio, os recursos, a popularidade e a audiência dos seus tempos áureos, nas suas transformações contemporâneas, da mesma forma que em outros momentos marcantes de suas trajetórias, prosseguem nas buscas de meios e caminhos para desempenhar as missões que mais recentemente receberam, as de serem duas das principais referências na construção do sistema brasileiro de rádio público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, R. C. (2007). *Almanaque da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Barbeiro, H. (2010, novembro). A História é um fluxo. *Revista da Cultura/Livraria Cultura*, 40, 31.

- Barbosa, M. (2005). Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In A. Bragança & S. V. Moreira (Eds.), *Comunicação, acontecimento e memória* (pp. 102-111). São Paulo: Intercom.
- Barbosa, M. (2008). Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In A. P. Ribeiro & M. Herschmann (Eds.), *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens* (pp. 83-96). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Barbosa, M. (2011). A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio. In M. Barbosa, & O. J. Morais (Eds.), *Quem tem medo da pesquisa empírica?* (pp. 77-90). São Paulo: Intercom.
- Baumworcel, A. (2006). A censura à rádio educativa. In *Encontro Nacional de História da Mídia, 4, GT História da Mídia Sonora, 2006. Anais*. São Luís do Maranhão: Associação Maranhense de Imprensa; Rede Alfredo de Carvalho - ALCAR; Uniceuma; UFMA.
- Blois, M. (1996). *Florescem as FM Educativas no Brasil. Radiografia do radioeducativo no Brasil e os fatores favoráveis à ocupação dos canais de FM educativos*. Tese de Livre-Docência em Comunicação, Televisão e Rádio, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil.
- EBC – Empresa Brasil de Comunicação (2012). Histórico. Acedido em <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>.
- Ferraretto, L. A. (2000). *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.
- Goldfeder, M. (1980). *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Haussen, D. F. (1997). *Rádio e política – Tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Klöckner, L. (2008). *O Repórter Esso*. Porto Alegre: AGE/Edipucrs.
- Martino, L. C. (2008). Classificação e exame crítico da literatura sobre História da Comunicação. In A. P. Ribeiro & M. Herschmann (Eds.), *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens* (pp. 27-43). Rio de Janeiro: Mauad X.
- Meditsch, E. (2007). *O Rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Milanez, L. (Ed.) (2007). *Rádio MEC: herança de um sonho*. Rio de Janeiro: ACERP.
- Neuberger, R. S. A. (2012). *O rádio na era da convergência das mídias*. Cruz das Almas: UFRB.



- Perosa, L. M. F. L. (1995). *A Hora do Clique. Análise do Programa de Rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*. São Paulo: Annablume/ECA-USP
- Pinheiro, C. (Ed.) (2005). *A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rádio Nacional (1956). *Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil, 1936-1956*. Publicação comemorativa da emissora. Rio de Janeiro: Rádio Nacional.
- Romancini, R. (2004). Inventando tradições: os historiadores e a pesquisa inicial sobre jornalismo. *Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro*, 3 (3). Acedido em [http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios3\\_a.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios3_a.htm)
- Romancini, R. (2005). História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28, NP 02 – Jornalismo, Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5, 2005. Anais*. Rio de Janeiro: Intercom, UERJ.
- Santaella, L. (2011). A pesquisa em comunicação no Brasil, com ênfase na pesquisa empírica. In M. Barbosa & O. J. Morais (Eds.), *Quem tem medo da pesquisa empírica?* (pp. 77-90). São Paulo: Intercom.
- Saroldi, L. C. (2005). Por que a Nacional? In C. Pinheiro (Ed.) *A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional* (pp. 8-13). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Saroldi, L. C. & Moreira, S. V. (2005). *Rádio Nacional – O Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Schudson, M. (1993). Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación. In K. B. Jensen & N. W. Jankowski (Eds.), *Metodologías cualitativas de investigación en Comunicación de Masas* (pp. 211-230). Barcelona: Bosch.
- Sodré, N. W. (2011). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Zuculoto, V. (2012a). *No ar: a história da notícia de rádio no Brasil*. Florianópolis: Insular.
- Zuculoto, V. (2012b). *A programação de rádios públicas brasileiras*. Florianópolis: Insular.
- Zuculoto, V. (2014). O Rádio Público no Brasil em busca de um modelo pela programação: transformações históricas contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In *Simpósio Internacional de História Pública: Perspectivas da História Pública no Brasil, 2, 2014. Anais*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; Rede Brasileira de História Pública.

Zuculoto, V. & Longo, G. (2014). As rádios públicas brasileiras e o Golpe de 64: principais estações e seus contextos históricos no período de instauração da ditadura. In *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 37, Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, 14, GP de Rádio e Mídia Sonora, 2014. Anais*. Foz do Iguaçu: Intercom.

## **OUTRAS REFERÊNCIAS**

Associação das Rádios Públicas do Brasil. Acedido em <http://www.arpub.org.br>

Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC. Acedido em <http://www.soarmec.com.br>

EBC. Acedido em <http://www.ebc.com.br>

Portal do rádio da Intercom. Acedido em <https://blog.ufba.br/portaldoradio/>

## **ENTREVISTADOS**

**Cristiano Menezes** – ex-gerente de rádios da EBC no Rio de Janeiro e atual assessor na área de acervos, dedicando-se à constituição do Museu da Rádio Nacional

**Liana Avellar** – coordenadora da Rádio MEC do Rio de Janeiro

**Marcos Gomes** – coordenador da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

**Mário Sartorello** – gerente da Rádio Nacional Amazônia

**Orlando Guilhon** – assessor especial da EBC, lotado no Rio de Janeiro, e presidente da ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil